

BRAGANÇA

Bragança. Das origens à Revolução Liberal de 1820

Vol·I

COORDENAÇÃO
Fernando de Sousa

Bragança. Das origens à Revolução Liberal de 1820

Vol·I

COORDENAÇÃO
Fernando de Sousa

FICHA TÉCNICA

Título

Bragança. Das Origens
à Revolução Liberal de 1820

Edição

Município de Bragança

Investigação

CEPESE – Centro
de Estudos da População,
Economia e Sociedade

Coordenação

Fernando de Sousa

Autores

Ana Maria Afonso, Armando
Redentor, Bruno Rodrigues,
Carlos Prada de Oliveira,
Cristina Pimenta, Diogo
Ferreira, Dulcineia Pinto,
Fernando de Sousa, Francisco
Cepeda, Joana Lencart, José
Augusto de Sottomayor-Pizarro,
José da Cruz Lopes, Luís Adão
da Fonseca, Luís Alexandre
Rodrigues, Luís Carlos Amaral,
Mafalda Soares da Cunha,
Manuel Nazareth, Maria de
Jesus Sanches, Paula Pinto
Costa, Paulo Amorim, Pedro
Cardim, Ricardo Rocha

Revisão

Ricardo Rocha

Tradução

Virginia Martín Jiménez,
Ricardo Rocha, Pedro de Sousa

Créditos fotográficos

António Martinho Baptista, António
Sá, Armando Redentor, Clara
André, Dulcineia Pinto, Fernando
López Sánchez, Francisco Santos,
Javier Larrabazal, Joaquim Real
Andrade, José Miguel Reis, Luís
Alexandre Rodrigues, M. Peinado,
Maria García Menéndez, Pedro
Rego, Ricardo Rocha, Rui Paulo,
Rui Ramos, Rui Teles

Imagens cedidas por:

Arquivo Distrital de Bragança
(ADBGC), Arquivo Municipal
de Bragança, Arquivo Nacional
da Torre do Tombo (ANTT), Biblioteca
Nacional de Portugal (BNP), Câmara
Municipal de Bragança, Centro de
Memória Forte S. João de Deus,
Centro Português de Fotografia,
Centro de Estudos da População,
Economia e Sociedade (CEPESE),
Coleção particular de João Cristiano
Fontes, Espólio Fotográfico Português,
Galleria degli Uffizi (Firenze), Hebrew
University of Jerusalem/Jewish
National & University Library,
Krigsarkivet (Arquivo Militar da Suécia,
Estocolmo), Musée Bonnat-Helleu
(Bayonne), Museu D. Diogo de Sousa,
Museu do Abade de Baçal, Museo
Nacional del Prado, Museu Nacional
de Etnologia, Museu-Biblioteca da
Casa de Bragança (MBCB), National
Maritime Museum (London), Rijksmuseum
(Amsterdam), Real Academia de la
Historia (Madrid), Staatliche Museen
(Berlin), Wikimedia Commons

Design editorial

OOF Design

Impressão e acabamento

Gráfica Maiadouro

ISBN

978-989-8344-50-2

Depósito legal

451959/19

1.ª edição, fevereiro de 2019

Município de Bragança

Forte S. João de Deus
5300-263 Bragança
T. 273 304 200
F. 273 304 299
www.cm-braganca.pt

CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade

Edifício CEPESE
Rua do Campo Alegre, 1021
T. 226 073 770
E. cepese@cepese.pt
www.cepese.pt

© Todos os direitos reservados
ao Município de Bragança

Vol·I

**BRAGANÇA.
DAS ORIGENS
À REVOLUÇÃO
LIBERAL DE 1820**



Vol. I

7	Nota de Abertura
11	Introdução
19	Capítulo I Os primeiros habitantes do território bragançano Pré-história e Proto-história MARIA DE JESUS SANCHES
75	Capítulo II A Região de Bragança durante a Idade do Ferro Do Bronze Final à conquista do território pelos Romanos DULCINEIA PINTO
131	Capítulo III A ocupação romana no território de Bragança ARMANDO REDENTOR
187	Capítulo IV Bragança na Idade Média LUÍS ADÃO DA FONSECA · PAULA PINTO COSTA JOSÉ AUGUSTO DE SOTTOMAYOR-PIZARRO · LUÍS CARLOS AMARAL CRISTINA PIMENTA · JOANA LENCART · ANA MARIA AFONSO
383	Capítulo V Bragança na Idade Moderna A cidade senhorial e a dinâmica social dos poderes (séculos XVI e XVII) MAFALDA SOARES DA CUNHA · PEDRO CARDIM
467	Capítulo VI Arte e urbanismo de Bragança na Idade Moderna Poderes, crenças, estéticas LUÍS ALEXANDRE RODRIGUES
603	Índice Geral

Vol. II

615	Capítulo VII A população de Bragança no Antigo Regime (1530-1820) MANUEL NAZARETH · FERNANDO DE SOUSA
659	Capítulo VIII As estruturas administrativas, fiscais, militares e eclesiásticas de Bragança no Antigo Regime FERNANDO DE SOUSA · RICARDO ROCHA · BRUNO RODRIGUES · DIOGO FERREIRA
709	Capítulo IX A economia do Município de Bragança durante o Antigo Regime FERNANDO DE SOUSA · FRANCISCO CEPEDA · RICARDO ROCHA
785	Capítulo X A sociedade do Município de Bragança no Antigo Regime FERNANDO DE SOUSA · JOSÉ DA CRUZ LOPES · RICARDO ROCHA · PAULO AMORIM
855	Capítulo XI Bragança eclesiástica no Antigo Regime (1545-1820) CARLOS PRADA DE OLIVEIRA
937	Capítulo XII Bragança e os conflitos militares no Antigo Regime Das Guerras da Restauração às Invasões Francesas FERNANDO DE SOUSA · DIOGO FERREIRA · PAULO AMORIM
965	Conclusão
973	Cronologia da História de Bragança
986	Resumen
992	Abstract
997	Notas sobre os Autores
999	Fontes e Bibliografia
1016	Índice de Quadros, Gráficos e Mapas
1018	Índice Analítico
1031	Índice Geral

Nota de Abertura

HERNÂNI DIAS

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGANÇA



“Brigância”, “Julióbriga” ou “Benquerença”, vários nomes, em várias eras, para definir uma mesma realidade que é este magnífico povoado a que hoje chamamos Bragança!

Um território que, desde muito cedo, reuniu argumentos para aqui se fixarem povos como os romanos, celtas, suevos ou visigodos, e achados arqueológicos encontrados na região permitem-nos, ainda, concluir que a sua ocupação remonta à Pré-história.

Tal como qualquer cidadão, um país ou, no caso concreto, um concelho, só pode saber e compreender quem genuinamente é e qual a raiz da sua identidade se conhecer as suas origens, isto é, saber de onde veio, perceber os fenómenos sociais, políticos, económicos, religiosos, culturais ou outros, que o rodearam, quais as suas particularidades, no fundo, a sua história e a sua evolução.

Só através de um estudo aprofundado, de uma investigação rigorosa, é possível entender os vários processos de transformação que possibilitaram mudanças, algumas delas substanciais, que nos trouxeram à Bragança que hoje conhecemos e nos ajudam, com maior assertividade, a traçar uma linha orientadora com vista à construção de um futuro próspero e sustentável e que dignifique o legado que nos foi deixado pelos nossos antepassados.

Tendo por base este pensamento, o Município de Bragança tem vindo a investir no conhecimento, através da promoção de exaustivos e detalhados estudos, com profissionais de investigação a retratarem a nossa história multissecular.

Assim acontece com estes dois volumes, agora editados, que, tal como o próprio título indica, abrangem uma

referência temporal muito vasta, que vai desde a Origem de Bragança (30 000 anos atrás) até 1820, mostrando o quanto rica é a História de Bragança, evitando análises simplistas, imediatistas e redutoras que, por vezes, nos empurram para interpretações erróneas.

Uma obra de investigação pensada e desenvolvida por um conjunto de investigadores que abordam várias áreas para que fiquemos com uma perceção clara do enquadramento de Bragança na época em análise, situação inédita até ao momento da vida da nossa cidade, e do nosso concelho.

Servem, também, o propósito de completar outros dois volumes já editados, também pelo Município, intitulados *Bragança na Época Contemporânea*, cujo intervalo temporal se centra de 1820 aos nossos dias (2012).

Deste modo, julgo ser de elementar justiça enaltecer o trabalho do CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade (Universidade do Porto), e de todos os que deram o seu contributo para este magnífico trabalho.

Esta obra torna-se, também, importante na medida em que promove a valorização dos Brigantinos, perpetua memórias e regista a garra das suas gentes que, não obstante a localização geográfica “atrás-dos-montes”, tornou e torna a sua vivência mais desafiadora e genuína.

Creemos que o retrato traçado nestes dois volumes de *Bragança. Das Origens à Revolução Liberal de 1820* se constituirá como um importante instrumento de conhecimento para as gerações presentes e futuras, um legado material que contribuirá para afirmar, inequivocamente, Bragança como um polo dinamizador de cultura e de preservação da memória coletiva.





INTRODUÇÃO

Fernando de Sousa

Em 1900, Albino Lopo, na sua obra *Bragança e Benquerença*, a propósito de Bragança, dizia que “não tem esta Cidade uma história”. A afirmação deste autor, válida durante muitas décadas, já não se mantém atual, e mais de um século passado, a capital do Nordeste Trasmontano tem finalmente a sua História.

Com efeito, em 2010, a Câmara Municipal de Bragança abriu concurso para a produção de uma *História de Bragança* desde a Revolução Liberal do Porto de 1820 até ao presente, concurso que acabou por atribuir esse trabalho ao CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade (Universidade do Porto). Foi assim que este Centro de Investigação desenvolveu um Projeto que lhe permitiu dar à estampa, em 2013, a obra *Bragança na Época Contemporânea*, cujo objetivo foi o de produzir a História de Bragança e do seu Município nos séculos XIX e XX.

Contudo, a Bragança que nós conhecemos ao presente, embora a sua estrutura administrativa, cultural, social e económica tenha sido moldada basicamente após a Revolução Liberal de 1820, constitui o produto final de uma multissecurar História que remonta à Alta Idade Média e lhe conferiu uma identidade própria, afirmada nas suas origens míticas, reconhecida e autenticada pelos sucessivos forais concedidos por vários monarcas, evidenciada materialmente pelo seu castelo – também designado por *vila*, onde se situa a *domus municipalis* –, assim como pelas ruas e praças da cidade velha, e sacralizada pelas igrejas e capelas do seu espaço urbano.

Do rico e complexo passado desta Cidade até à Revolução Liberal do Porto, em 1820, continuava a faltar uma obra que, na senda do trabalho de 2013, fosse simultaneamente sintética, abrangente e suportada por um sólido trabalho de investigação, embora seja justo referir que dispúnhamos já de algumas fontes e estudos que se constituem como importantes contributos para a sua História Medieval e do Antigo Regime.

Para o período medieval, as investigações são muito dependentes da documentação régia e episcopal, destacando-se as Inquirições Gerais promovidas por D. Afonso III e D. Dinis em 1258 e 1288, respetivamente, bem como alguns nobiliários – muito embora estes devam ser utilizados com sérias reservas e espírito crítico –, o núcleo de pergaminhos conservados no Arquivo Distrital de Bragança e as Chancelarias Régias.

Mais tardias, mas também muito importantes, são as *Memórias de Bragança* de José Cardoso Borges, manuscritas entre 1721 e 1724 e que assim permaneceram até 2012, quando as publicámos em livro, se bem que vários autores, a começar por Francisco Manuel Alves, a quem voltaremos adiante, se tenham servido abundantemente desta fonte para a arqueologia e epigrafia da região, assim como para a história da cidade até ao século XVIII.

Também do século XVIII, temos as *Memórias Paroquiais* de 1758, escritas pelos párocos das diferentes freguesias do Município de Bragança, publicadas em 2007 por José Viriato Capela no âmbito da sua obra *As Freguesias do Distrito de Bragança nas Memórias Paroquiais de 1758*.

Ainda do século XVIII, registre-se a descrição de Bragança em 1794–1795, por Columbano Pinto Ribeiro de Castro, no âmbito do seu *Mapa do estado atual da província de Trás-os-Montes*, publicado por Amado Mendes no estudo *Trás-os-Montes nos finais do século XVIII* (1981), o qual nos fornece um retrato rigoroso e impressionante daquele Município em finais de Setecentos.

Em 1900, Albino Lopo publicou uma monografia intitulada *Bragança e Benquerença*, que nos fornece achegas interessantes, algumas delas inéditas, para a história de Bragança no Antigo Regime.

Em 1908, surgiu a *Ilustração Trasmontana*, a melhor revista que se publicou até hoje sobre Trás-os-Montes, quer sob o ponto de vista gráfico, quer a nível literário e científico, a qual presta também informações úteis para a História de Bragança.

No ano seguinte, Francisco Manuel Alves inicia a publicação da sua monumental obra, *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança* (1909–1947), que conhecerá 11 volumes sucessivamente reeditados até ao presente, fornecendo importantes contributos para se conhecer o passado de Bragança, complementado por outros trabalhos também da sua autoria, como *A Restauração de 1640 no Distrito de Bragança*, lançada em 1940, onde o Abade de Baçal deixa valiosos contributos para a história militar, política e económica de Bragança entre 1640 e 1668.

O trabalho de Francisco Manuel Alves, para o bem e para o mal, marcou de forma irreversível a historiografia sobre Bragança, poucos se atrevendo a criticá-lo ou a ultrapassá-lo, uma vez que, como um doutorado bragançano, nosso ex-aluno, nos dizia, o “abade já tratou de tudo”. É evidente que não tratou, como Vergílio Taborde, contemporâneo de Francisco Manuel Alves, apesar de geógrafo, demonstrou no seu excelente *Alto Trás-os-Montes* em 1932; ou José de Castro, que, logo a seguir, entre 1946–1951, escreveu uma exaustiva história da diocese de *Bragança e Miranda*, em quatro volumes, bem mais profunda e estruturada sob o ponto de vista metodológico do que as *Memórias Arqueológico-Históricas*.

As publicações de Francisco Manuel Alves, porém, pelo seu caráter pioneiro, pela transcrição de centenas de fontes históricas, pela multiplicidade dos temas que aborda, pela erudição que revela, pelas interrogações que levanta, pelo estudo e valorização permanente do património de Bragança, continuam a ser uma referência imprescindível para todos aqueles que, desde a arqueologia e antropologia até à história e à sociologia histórica, se preocupam com o passado desta região. Obra pioneira, sem dúvida, uma vez que, durante muito tempo, pouco se escreveu de relevante quanto a Bragança e ao seu Município.

Nos últimos tempos, porém, muita coisa mudou. Desde logo, a partir de 1981, com a revista *Brigantia*, fundada pelo saudoso Belarmino Afonso, a qual veio até aos nossos dias, e que, apesar de uma ou outra colaboração pouco original, dá alguns contributos notáveis para a história de Bragança no período que investigamos.

Hirondino Fernandes, entre 1993–1996, no domínio das fontes e bibliografia de Bragança e seu distrito, publicou, em

quatro volumes, um importantíssimo e minucioso trabalho, a *Bibliografia do Distrito de Bragança*, imprescindível para todos aqueles que se debruçarem sobre a história daquela Cidade e do Nordeste Trasmontano. Estudo esse retomado pelo seu autor em 2012, numa perspectiva mais sistemática, exaustiva e inovadora, mantendo o mesmo título, numa obra monumental de que já saíram nove volumes, esperando-se mais dois, num total de onze volumes (o número simbólico das *Memórias* de Francisco Manuel Alves).

Em 1997, João Jacob editou *Bragança*, um guia histórico-cultural da cidade, e Alexandre Rodrigues publicou o seu excelente trabalho *Bragança no século XVIII. Urbanismo e Arquitetura*, em dois volumes, obra de consulta obrigatória para todos aqueles que se debruçam sobre a história da cidade. Esta obra, continuada e alargada a toda a diocese com a sua *De Miranda a Bragança: arquitetura religiosa de função paroquial na época moderna*, em três volumes, publicada em 2001, fazem dele o historiador mais importante de Bragança durante o Antigo Regime no domínio do urbanismo e da arquitetura – para além de numerosos outros estudos que tem publicado autonomamente ou em revistas.

José Marques deu-nos também importantes contributos para o conhecimento da Bragança medieval, em artigos como, por exemplo, “Os municípios trasmontanos nos séculos XIII–XIV” (*Brigantia*, 2000) e em obras de referência como *A Arquidiocese de Braga no século XV* (1988) e *Aspetos do povoamento do norte de Portugal nos séculos XIII–XIV* (1995).

Para o mesmo período, escreveu alguns artigos sobre Bragança, onde abordou “A organização do concelho de Bragança e os seus oficiais em tempos medievais” (*Brigantia*, 2006) ou “O concelho de Bragança: alguns problemas e desafios tardio-medievais” (*Cadernos de Estudos Municipais. História do Municipalismo*, 2002), para citar apenas dois exemplos.

Em 2002, Ana Maria Afonso dá à luz dois trabalhos, *O Mosteiro de São João Salvador de Castro de Avelãs (1530–1538)* e *O Tombo do Mosteiro de São João Salvador de Castro de Avelãs (1530–1538)*, onde nos fornece importantes contributos para a história da instituição monástica medieval mais importante do Nordeste Trasmontano.

Mais recentemente, em 2004, a Bragança Polis editou *Bragança. Um olhar sobre a Cidade*, onde Jorge Menéndez e Rodrigues Monteiro abordam a arqueologia e a história de Bragança no Antigo Regime. Neste mesmo ano, Armando Fernandes e Alexandre Rodrigues escreveram a *Monografia das freguesias do Concelho de Bragança*.

Em 2006, Fernando de Sousa lançou uma *História da Indústria das Sedas em Trás-os-Montes*, em dois volumes, que se debruça sobre esta atividade económica durante o Antigo Regime, na qual Bragança ocupa justamente lugar de relevo como seu principal centro industrial. E em 2007, coordenado por Armando Fernandes, surgiu *Bragança marca a História. A História marca Bragança*.

No que concerne ao coordenador deste trabalho, a verdade é que há quatro décadas dedica boa parte da sua investigação a Trás-os-Montes e a Bragança, para já não falar dos estudos que, direta ou indiretamente, sugeriu, acompanhou

ou orientou a colegas e discípulos. Não tem sido uma investigação continuada, sistemática, visando um trabalho de natureza académica, uma vez que, ao longo do tempo, recebeu propostas para outros trabalhos igualmente aliciantes. Mas, desde que em 1971, terminado o curso de História, iniciou a sua tese de licenciatura – obrigatória para obter aquele grau e poder exercer funções de assistente universitário –, subordinada ao tema *Trás-os-Montes, Subsídios para a sua história em finais do século XVIII*, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto em 1973, Trás-os-Montes sempre continuou presente, afetiva e intelectualmente, nas suas preocupações, nos seus interesses e horizontes, com uma paixão continuamente alimentada pelas publicações que foi produzindo sobre a região mais autêntica e sublime de Portugal, e particularmente sobre Bragança – singelos contributos para a compreensão da sua história que, pela sua riqueza e complexidade, mas também pela própria condição humana, sempre permanecerá como uma construção inacabada. Percurso que culminaria, em 2013, com a publicação pela Câmara Municipal de Bragança e pelo CEPESE, sob a nossa coordenação, da já referida *Bragança na Época Contemporânea*, em dois volumes, que oferecem uma visão integradora da evolução da cidade e do seu Município desde a Revolução Liberal do Porto de 1820 aos nossos dias, em múltiplas dimensões (geográfica, demográfica, política, económica, cultural, militar, urbanística, artística e religiosa).

Em suma, o que se investigou e publicou até ao momento, especialmente nas últimas duas décadas, ultrapassou já, largamente, o quadro geral esboçado por Albino Lopo há mais de cem anos. Porém, no *puzzle* da História de Bragança continuavam a faltar numerosas e importantes peças, imprescindíveis para a sua reconstituição e inteligibilidade, nomeadamente no longo período que se inicia nas suas origens pré-históricas, atravessa a Idade do Ferro, a Idade do Bronze, a ocupação romana e a Idade Média e se estende até ao final do Antigo Regime.

Foi para dar um contributo substancial para o conhecimento desse passado mais distante de Bragança e, assim, completar o estudo sobre a sua História, que o CEPESE, com o patrocínio da Câmara Municipal de Bragança, reuniu uma equipa constituída por alguns dos investigadores que mais se têm debruçado sobre o passado desta cidade e da região, e assim constituir, em conjunto com os dois volumes de *Bragança na Época Contemporânea*, a primeira História de Bragança, das origens aos nossos dias.

Quanto às balizas cronológicas escolhidas para este trabalho, o tempo primordial situa-se no Paleolítico Superior, há cerca de 32 mil anos, por remontarem a esta Era os primeiros povoamentos da região, como atestam os múltiplos achados arqueológicos que sustentam a investigação efetuada nesta obra. E a data limite corresponde a 1820, ao fim do Antigo Regime em Portugal. A expressão *Antigo Regime* (tradução do francês *Ancien Régime*), constitui uma realidade complexa, designando simultaneamente uma organização política e uma sociedade, instituições, práticas de governo, direito,

mentalidades, quase uma “civilização”, segundo Pierre Goubert, que corresponde basicamente à Época Moderna. Em Portugal, o Antigo Regime termina em 1820 e definitivamente em 1834, com a instauração do regime liberal, sem que possamos dizer, com rigor, que séculos abrange.

António Manuel Hespanha, no volume que coordenou para a *História de Portugal* dirigida por José Mattoso, intitulado precisamente *O Antigo Regime*, data o seu início “por volta de 1620”, número redondo que procura balizar os séculos XVII e XVIII, que vão ser objeto do trabalho referido, mas por razões meramente didáticas, uma vez que todos sabem que o Antigo Regime é herdeiro direto da Idade Média. Entendemos, contudo, neste trabalho, que esse marco inicial tem a ver sobretudo com as fontes históricas de que dispomos para conhecermos os diferentes aspetos que abordamos no âmbito do Antigo Regime – demografia, estruturas político-administrativas, economia, sociedade, arte e urbanismo, organização eclesiástica e conflitos militares – sendo a data limite, em qualquer caso, como já dissemos, o ano de 1820, uma vez que a obra já publicada por nós, *Bragança na Época Contemporânea (1820–2012)*, se inicia nesse momento.

Assim, se na demografia recuamos a 1530, o primeiro ano para o qual dispomos de dados para conhecer com algum rigor a população (fogos) do Município de Bragança, como de Trás-os-Montes, e se no capítulo sobre o clero obrigatoriamente também vamos ao século XVI (a criação da diocese de Miranda, de que Bragança fazia parte, data de 1545), noutros temas debruçamo-nos sobretudo sobre o século XVIII, período para o qual dispomos de mais informação.

Trata-se, assim, de utilizar uma cronologia e metodologia de geometria variável que, no nosso caso, não levanta qualquer problema, já que, por um lado, os diferentes tempos que apresentamos inscrevem-se num universo mais amplo, que vem a ser o da continuidade histórica, e por outro lado, temos o cuidado de evitar qualquer sobreposição dos temas desenvolvidos pelos investigadores que cronologicamente antecedem o Antigo Regime, mais concretamente com a Idade Média.

Seja como for, 1820 marca simbolicamente o fim do Antigo Regime, ainda que se tenha de esperar por 1832–1834 para liquidar as suas estruturas e fundamentos. Sem quaisquer pretensões de exaustividade, muita coisa muda nesses anos. A Constituição de 1822 termina com a Monarquia Absoluta, transformada em Monarquia Constitucional, consagrando a separação dos poderes – executivo, legislativo e judicial – e a igualdade das pessoas perante a lei, que passam de “vassalos” a “cidadãos”. Os direitos e justiça senhoriais e feudais são extintos na sua maior parte, o mesmo acontecendo às comendas, aos forais, às coudelarias, aos votos de Santiago, aos dízimos, à hereditariedade dos ofícios e às corporações das artes e ofícios mecânicos. A sisa é reduzida e limitada aos bens de raiz e a propriedade vinculada confinada aos grandes morgadios. Proceda-se, pela primeira vez, a eleições de tipo moderno para o Parlamento e para as câmaras municipais. Extinguem-se as ordens religiosas e implanta-se uma nova divisão administrativa do território

e uma nova organização judicial, independente da anterior, que vieram até aos nossos dias.

O Portugal Contemporâneo, herdeiro da Revolução Liberal que provocou a mais profunda rotura da nossa História, ao dismantelar a estrutura política e social do Antigo Regime, afirma-se definitivamente. Bragança, como todo o País, entra numa fase nova da sua História.

Feita a síntese quanto ao estado da arte relativamente à História de Bragança para o período em apreço e explicada a cronologia escolhida para o nosso estudo, atentemos agora na estrutura que lhe dá corpo e que obedece, no essencial, a um fio condutor cronológico e temático.

Assim, no capítulo inicial, Maria de Jesus Sanches dedica-se ao estudo do povoamento inicial do território bragançano e da geografia daquele território durante a Pré-história e Proto-história para, em seguida, Dulcineia Pinto analisar o povoamento de Bragança no longo período que compreende a Idade do Ferro, até à transição para a romanidade.

No terceiro capítulo, Armando Redentor centra-se na ocupação romana do território, particularmente no que diz respeito ao processo de conquista, povoamento e viação, economia, sociedade e religião.

Seguindo este fio cronológico, um conjunto mais alargado de investigadores (Luís Adão da Fonseca, Paula Pinto Costa, José Augusto de Sottomayor-Pizarro, Luís Carlos Amaral, Cristina Pimenta, Joana Lencart e Ana Maria Afonso) debruça-se sobre a Bragança Medieval, abrangendo os séculos XI a XV, estendendo-se a meados do século XVI nalgumas matérias. Neste capítulo, são tratadas questões como a aristocracia no território de Bragança, a criação e reconhecimento do concelho, a administração municipal, a vida local, a organização eclesiástica – incluindo o caso singular do mosteiro de Castro de Avelãs –, e Bragança na Baixa Idade Média, quando o seu senhorio passa para a Casa de Bragança e o burgo adquire a categoria de cidade.

O capítulo quinto, da autoria de Mafalda Soares da Cunha e Pedro Cardim, ocupa-se de Bragança na Idade Moderna, nos séculos XVI e XVII, enquanto cidade senhoria, a presença de Bragança nas Cortes e as dinâmicas políticas e interesses sociais durante o domínio filipino (1580–1640).

No sexto capítulo, Luís Alexandre Rodrigues faz uma síntese das transformações urbanísticas ocorridas em Bragança desde a concessão do estatuto de cidade até ao final da Época Moderna, abordando ainda as principais manifestações do património cultural que se registam nesse território – arquitetura civil e religiosa, pintura mural e talha dourada e policromada.

Os quatro capítulos seguintes tratam de Bragança durante o Antigo Regime, cada um abrangendo um tema em particular. Neste sentido, a demografia de Bragança – população urbana e rural, natalidade e mortalidade – é objeto de análise no sétimo capítulo, por Manuel Nazareth e Fernando de Sousa; o oitavo capítulo, por Fernando de Sousa, Ricardo Rocha, Bruno Rodrigues e Diogo Ferreira, foca as estruturas político-administrativas, fiscais, militares e eclesiásticas de Bragança; o nono capítulo, por Fernando de Sousa, Francisco Cepeda e

Ricardo Rocha, a economia do Município de Bragança, com particular relevo para a indústria das sedas; e o décimo capítulo, por Fernando de Sousa, José da Cruz Lopes, Ricardo Rocha e Paulo Amorim, a sociedade bragançana e as suas diferentes classes – nobreza, clero, burguesia e povo.

Segue-se um texto dedicado à Bragança eclesiástica, desde a criação da diocese de Miranda, em 1545, até finais do Antigo Regime. Este capítulo, da autoria de Carlos Prada de Oliveira, compreende múltiplas dimensões, como o aparecimento da diocese de Bragança e Miranda, com sede no burgo brigantino, as paróquias que a compõem, os primeiros prelados instalados em Bragança, o Seminário de S. José, os conventos e mosteiros existentes no concelho, e as múltiplas manifestações de caráter religioso, o “universo sagrado”.

Finalmente, o décimo segundo capítulo, por Fernando de Sousa, Diogo Ferreira e Paulo Amorim, trata dos principais conflitos militares que, no Antigo Regime, tiveram Bragança como palco privilegiado ou de alguma forma afetaram o seu território, nomeadamente, a Guerra da Sucessão de Espanha (1701-1715), a Guerra dos Sete Anos (1756-1763) e as Guerras Peninsulares (1807-1813), uma vez que as Guerras da Restauração (1640-1668) já se encontram analisadas em capítulo anterior.

A obra termina com uma conclusão geral, onde, procurando fazer uma síntese deste estudo, apresentamos uma reflexão e problematização sobre o nascimento de Bragança e a sua evolução ao longo dos séculos, nas múltiplas vertentes abordadas nos diferentes capítulos.

Por fim, é apresentada uma cronologia da História de Bragança, por Ricardo Rocha e Diogo Ferreira, as fontes e bibliografia utilizadas durante a investigação, as notas biográficas dos autores, um resumo da obra em espanhol e inglês por Virginia Martín Jiménez, Ricardo Rocha e Pedro de Sousa, e um índice analítico com os principais topónimos e antropónimos que constam deste trabalho.

Embora referenciando os principais responsáveis por cada um dos seus capítulos, a verdade é que esta se trata de uma obra coletiva produzida pela equipa de investigação do

CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, à qual todos os autores, para além de privilegiarem e tratarem os capítulos que escreveram, tiveram oportunidade de dar achegas e sugestões para os assuntos desenvolvidos pelos outros investigadores da equipa e de procederem a uma leitura crítica do texto final.

Resta-nos agradecer a todas as instituições que nos facultaram a consulta de fundos documentais, bibliográficos e iconográficos, na pessoa dos diretores ou responsáveis das mesmas: Arquivo Nacional da Torre do Tombo; Arquivo Distrital de Bragança; Arquivo Municipal de Bragança; Biblioteca Nacional; Centro de Memória Forte S. João de Deus; Centro Português de Fotografia; Espólio Fotográfico Português; Fundação “Os Nossos Livros”; Fundação da Casa de Bragança; e Museu Abade de Baçal.

Ao CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, por todo o apoio que concedeu à produção desta obra.

Um agradecimento muito especial à dra. Sónia Neves, ao padre António Estevinho Pires, ao dr. Amândio Felício, à dra. Élia Correia, ao fotógrafo José Miguel Reis e ao sr. João Cristiano Fontes, pela colaboração prestada, bem como ao *designer* Cláudio Rodrigues e à equipa da OOF Design, responsáveis pelo *design* gráfico da obra.

Finalmente, à Câmara Municipal de Bragança, na pessoa do seu Presidente, doutor Hernâni Dias, pela forma exemplar como promoveu e apoiou este projeto de investigação.

Esperamos, enfim, que esta História de Bragança, fruto de uma investigação profunda e rigorosa, mas obrigatoriamente incompleta – muitos dos temas aqui tratados dariam teses de doutoramento –, permita um conhecimento aprofundado do seu passado mais remoto, uma melhor compreensão do presente e sirva não só para reforçar a identidade cultural desta cidade, mas também de inspiração e até, porventura, de referência para o futuro, e que possa vir a ser ultrapassada por outros estudos que inevitavelmente continuarão a surgir sobre esta mítica e renovada cidade trasmontana, o que seria para todos nós motivo de satisfação.

